

**Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, Multiusos de Vale do Peso, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão ordinária e pública, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:**

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal**
2. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Acordo para a Contratualização do Serviço de Transporte Público Coletivo Rodoviário de Passageiros Crato-Aldeia da Mata-Crato**
3. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Modificação ao Orçamento /2024 -1.ª Revisão**
4. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Modificação às Grandes Opções do Plano – 2024/2028 - 1.ª Revisão**
5. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contrato de empréstimo bancário de longo prazo, no valor de 2.352.084,73 euros, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Norte Alentejano - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho
6. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Reabilitação Paisagística do Largo do Município - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho
7. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Autocarro Elétrico - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

8. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Execução do Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho
9. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contratação de Operação de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Rotunda 245/119 – Adjudicação, aprovação da minuta do contrato e Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho
10. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Crato**

**Presenças:**

**Membros da Assembleia Municipal:**

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Rui António Pires Marques, João Paulo Mendes Baleiza, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Celestino Marques Faustino, Miguel Romão Caldeira Batista, Pedro Alexandre Bizarro Carranca, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Eduarda Maria Subtil Pires, Luís Duarte Lopes Tomé e Francisco João Belo Farinha.

A eleita **Célia Maria Felizardo Meira** fez-se substituir por **Hugo José Correia Pires**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**

Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e os senhores Vereadores **Pedro Miguel Belo Coelho**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato Raposo**.

O senhor Vereador **José Correia da Luz** não esteve presente e justificou a sua falta.

Verificado o quórum necessário a senhora **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, deu início aos trabalhos pelas vinte e uma horas e dezassete minutos.

## PERÍODO DO PÚBLICO

Registou-se a presença de público, mas não houve pedidos de intervenção.

## PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida** no período de **21 de dezembro de 2023 a 28 de fevereiro de 2024**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **Ata nº 6/2023 da sessão ordinária de 21 de dezembro de 2023** à votação a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, frisou que foi remetido todos os eleitos, o relatório da avaliação do grau de observância de respeito pelos direitos e garantias, isto no âmbito do Estatuto do Direito da oposição, referente ao ano de dois mil e vinte e três, cuja elaboração é obrigatória até ao final de março.

Disse que, da análise que fez ao documento, parece-lhe que traduz de uma forma sucinta e objetiva, aquilo que foi o Estatuto do Direito da Oposição no Município do Crato, referente ao ano de dois mil e vinte e três e que também pode concluir que foi assegurado o seu cumprimento na íntegra afirmando obviamente, o respeito pela participação democrática, como só poderia ser possível num Estado de Direito e num Estado democrático.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, disse que supostamente iria haver a apresentação da atividade relativa a duas entidades, relativamente à CPCJ, a Comissão de Proteção de Crianças e Menores e de Jovens do Concelho do Crato, e relativamente a APAV, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, mas que, por motivos de última hora, a representante da APAV não poderia estar presente, passando-se de seguida a palavra à **Dr.ª Andreia Gaspar**, a qual fez uma apresentação do relatório de atividades relativo ao ano dois mil e vinte e três, no âmbito desta Comissão, em matéria das medidas de promoção e proteção das crianças e jovens do nosso município.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, perguntando se existe algum caso de apadrinhamento civil no concelho do Crato.

Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, parabenizando a **Dr.ª Andreia Gaspar** pela clareza do relatório e pelo trabalho de toda a CPCJ, regozijando-se por ter havido um arquivamento tão grande de casos, sobretudo para o nosso Conselho.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, referindo que, a CPCJ trabalha no sentido de promover os direitos das crianças na construção do seu futuro, de forma a garantir o seu bem-estar. Tem como objetivo o superior interesse das crianças.

Disse que, já fez parte da CPCJ através da Assembleia Municipal e apraz-lhe dizer que aprendeu muito. Existe um esforço no sentido de intervir junto das crianças e jovens, sempre com base na não discriminação, e oferecendo o apoio necessário em sintonia com as escolas, com os serviços de saúde, com o município, etc.

Frisou que se deve apostar nas crianças em atividades de enriquecimento curricular em diferentes áreas expressão plástica, dramática, musical, corporal e também, como é óbvio, na cidadania.

Disse ainda que, gostou de trabalhar com a Dr.<sup>a</sup> Andreia Gaspar pois considera que ela faz aquilo que todos deveriam fazer, que é aceitar as pessoas, recebê-las e falar com elas de igual para igual.

Tomou a palavra a **Dr.<sup>a</sup> Andreia Gaspar, da CPCJ**, para responder à pergunta do eleito Rui Marques dizendo que infelizmente e atualmente não existe nenhum processo de apadrinhamento civil, pois é uma medida muito pouco usada e porque também não surgiu nenhuma nenhum processo que levasse a ponderar a aplicação dessa medida.

Tomou a palavra a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, parabenizando a CPCJ e dizendo que também fez parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e foi uma foi um grande ensinamento enquanto esteve e estará cá sempre para ajudar naquilo que for preciso.

## **PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:**

### **1. Informação da Atividade da Câmara Municipal**

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, salientando uma intervenção no sistema elétrico do Mosteiro de Flor da Rosa, as atividades carnavalescas que ocorreram nalgumas freguesias, com o apoio municipal. Relativamente à educação fez referência aos passes gratuitos a jovens estudantes, e à entrega de prémios escolares no dia do Patrono da EBI do Crato, onde a Câmara Municipal faz sempre a sua ação digna e oferece alguns prémios interessantes aos alunos, para incentivo a estudarem mais e a ter atitudes perante a escola e perante os colegas, tendentes a uma cidadania ativa.

Ao nível do desporto fez referência à Corrida de São Silvestre do Crato, que é uma grande prova e que traz muita gente e muita dinâmica, bem como o apoio a provas de todo-o-terreno, uma delas em Vale do Peso e outra em Gáfete.

Ao nível da ação social, fez referência aos quarenta cabazes que o município entregou a famílias carenciadas pela altura do Natal, iniciativa muito positiva.

Frisou também a existência de alguns postos de trabalho que estão a concurso, nomeadamente 3 técnicos superiores, 1 de Psicologia e 2 de Serviço Social. Também têm vindo nesta informação algumas pessoas em Emprego Apoiado em mercado aberto.

Parabenizou a elaboração do documento, pois nele também consta o excelente trabalho do serviço de veterinária, um serviço que é obrigatório por lei, mas não foi possível vermos aqui o mapa das esterilizações, das capturas de animais, das vacinações de felinos e caninos.

Relativamente ao Gabinete Florestal e dos Serviços Municipais de Proteção Civil disse estar muito bem documentado, serviços esses que funcionam muito bem no nosso município.

Fez referência a uma distribuição de materiais e sensibilização para os melhores sítios para a reciclagem de resíduos, especialmente ainda só junto do comércio, da restauração, das empresas, das IPSS, e grande empenho na explicação às pessoas, da importância de se fazer este tipo de reciclagem e devolver à terra aquilo que produzimos também de lixos.

Fez referência às reuniões sobre o Festival do Crato, sobre a Barragem do Pisão, sobre o cemitério do Monte da Pedra, portanto, mais uma prova de que o município está empenhado também em ajudar a freguesia a resolver este problema.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que relativamente àquilo que é o relatório da atividade da Câmara Municipal deu nota que já existiram duas reuniões relativamente ao Cemitério do Monte da Pedra, numa das quais esteve presente como Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, e noutra não. Neste sentido, questionou qual o assunto tratado na reunião em que não esteve presente.

Frisou que há um ano atrás, numa reunião da Comissão de Trânsito foi aprovado a colocação de umas lombas redutoras de velocidades à entrada do Monte Pedra, sentido Comenda/Monte da Pedra, mas as mesmas ainda não foram feitas, solicitando que esse trabalho fosse feito com brevidade.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, começando por dar nota relativamente à questão dos transportes no município, nomeadamente os transportes dos estudantes, que já

eram há muito tempo financiados pelo município a cem por cento, recebendo o Município, cinquenta por cento de apoio do Estado para fazer essa comparticipação, mas, por decisão da Câmara Municipal, já há alguns anos e até de vários executivos, o município paga o transporte a todas as crianças. Houve uma alteração até agora, no início do ano, em que, essa competência passou, para a Comunidade Intermunicipal, que é a entidade gestora transportes e, portanto, continuam a ser pagos a cem por cento, mas aqui com umas regras diferentes.

Depois referiu também que as reuniões que vêm aí, que muitas delas são públicas, muitas delas são reuniões externas, outras são reuniões internas, outras são meras presenças institucionais que quer o presidente ou os vereadores por si delegados, assim fazem esse trabalho de representação da Câmara Municipal, dizendo que, relativamente às duas reuniões do Cemitério do Monte da Pedra, a primeira foi de preparação da outra reunião, na qual o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra esteve Presente.

Relativamente à implementação da sinalética e de outras medidas, nomeadamente de orientação de trânsito, disse que, verificou em algumas localidades do concelho, nas últimas duas semanas, algum trabalho de preparação para essa implementação de algumas alterações ao trânsito, nomeadamente sentidos de trânsito, condicionamentos do estacionamento, ou seja, proibição de estacionamento e de paragem e relativamente lomba de Monte Pedra que será adjudicada a uma empresa externa.

Considera que nos últimos tempos se tem feito um trabalho muito positivo por parte do município, ou seja, os vários serviços das várias divisões sectoriais do município, têm feito um trabalho em que se começa fazer muito trabalho interno nas diversas divisões do município, um bocadinho invisível, porque muito dele é administrativo. Noto, de facto, um compromisso absolutamente diferente nos últimos tempos, para melhor, e que o deixa bastante contente, dando também o exemplo do espaço Multiusos de Vale do Peso, no qual foram feitos trabalhos de manutenção por parte dos trabalhadores do município, bem como, trabalhos externos especializados, mantendo a dignidade que este edifício merece.

Parabenizou a apresentação da CPCJ, na pessoa da Dr.ª Andreia Caspar, dizendo que enquanto Presidente de Câmara, aquilo que faz é manter um distanciamento que acha que deve existir com estas entidades, mas, dando sempre que lhe é solicitado, as condições que são necessárias para que possam desenvolver o seu trabalho.

Relativamente à APAV, que hoje não pôde estar presente, disse que se nota de uma forma transversal em todos os municípios uma maior sinalização de casos e um maior tratamento de situações de apoio, quer às vítimas, quer a crianças, quer até a alguns adultos, em termos de apoio social.

Frisou que na Câmara Municipal também se vive um pouco isso, pois já se começam a ter aqui algumas situações, por força da transferência de competências na área social e, que, neste momento, têm que ser tratadas, considerando que, no geral, se tem dado uma resposta bastante positiva, fazendo-se acompanhamento a muitas pessoas ao domicílio para perceber a evolução das situações, notando uma atenção das forças de segurança aos cidadãos, das entidades envolvidas, escolas, até próprias associações, uma maior consciência dos mecanismos que têm para poder colocar estes alertas dentro das entidades que devem de facto tratar estes assuntos.

Referiu que, muitas vezes estas situações aparentemente estão resolvidas e posteriormente voltam a ter aqui problemas de reincidência e, a maneira de se minimizar estas situações é fazer um acompanhamento muito próximo com a área social, e, neste sentido a Câmara Municipal está a fazer esse recrutamento por forma a reforçar a equipa na área social e poder dar condições para que se desempenhe um bom trabalho. Portanto, existe uma série de vertentes que o município tenta, de alguma forma, organizar para poder dar uma resposta diferenciada na área social e de uma forma efetiva.

Pelo senhor **Presidente** da Câmara foi feita uma **apresentação** sobre os **Apoios concedidos às Associações do Conselho do Crato**, bem como dos **Investimentos feitos no Município do Crato** nos últimos anos.

A eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, solicitou ao senhor Presidente se podia enviar os documentos apresentados, dizendo que, de certa forma, concorda com aquilo que foi dito em relação ao associativismo, que realmente não basta só atribuir subsídios, tem de haver um retorno e tem de haver uma justificação para que tal aconteça.

2. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Acordo para a Contratualização do Serviço de Transporte Público Coletivo Rodoviário de Passageiros Crato-Aldeia da Mata-Crato**

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**



Aprovar o Acordo para a Contratualização do Serviço de Transporte Público Coletivo Rodoviário de Passageiros Crato – Aldeia da Mata – Crato.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que, esta deliberação já foi aprovada em reunião de Câmara, por unanimidade. Há muito tempo que este assunto é trabalhado no Município e a mobilidade é algo que causa alguma preocupação.

Disse que estes transportes e estas linhas, apesar de estarem denominadas Crato/Aldeia da Mata, será um circuito que dará e irá cobrir todo o concelho do Crato com uma linha que fará Crato, Flor da Rosa, Vale do Peso, Gáfete, Monte Pedra e Aldeia da Mata e depois o regresso, nomeadamente ao Crato. São duas linhas que intermédias que são criadas, uma por volta das treze e quinze e outra por volta das dezasseis e cinco. Afirmou que há muito tempo que esta temática estava em cima da mesa, foi feita uma análise dentro do município, a eventual criação de uma linha do município, mas legalmente o Município não pode fazer transporte de passageiros, a menos que seja para temáticas muito direcionadas, nomeadamente hidroginástica, universidade sénior, etc.

Referiu que, no concurso que foi lançado existiam duas linhas que faziam ligação, nomeadamente Tolosa/Gáfete e uma linha que fazia uma ligação da Cunheira/ Monte da Pedra que foram integradas, e também uma necessidade de fazer o serviço e de ligar a aldeia do Pisão. Portanto, essas linhas foram de facto integradas no serviço da Comunidade Intermunicipal que é contratualizado pelos transportes do Alto Alentejo e também a linha que faz ligação ao Pisão. Ou seja, o Pisão tem também neste momento uma ligação todos os dias à sede de concelho, com utilização quase zero.

Referiu que, já foi proposto ao município o cancelamento desta linha do Pisão, a qual não aceitou, pois pediu a utilização das outras linhas todas e portanto, como não fornecem a utilização das outras linhas todas, nomeadamente a utilização dos jovens estudantes, o Município não aceitou que só para cancelar uma linha não dão dados para as outras linhas, portanto enquanto não derem os dados das linhas todas não cancelam linhas nenhuma que estejam no contrato.

Deu nota que hoje, qualquer pessoa do concelho do Crato, consegue circular dentro do Alto Alentejo por um euro por dia, pode-se deslocar dentro do transporte que existe, dentro do Alto Alentejo, consegue circular um euro por dia, trinta euros por mês, o estudante tem transporte gratuito e, portanto, é claro que sabemos que os

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2024, de 28 de fevereiro

Reunião Ordinária



transportes circulam muito no sentido da oferta escolar, circulam muito das sedes de concelho ou das sedes de distrito, mas considera que existe uma melhoria substancial, quer na qualidade dos equipamentos, nas viaturas que circulam, quer dos serviços que são oferecidos aos munícipes no Alto Alentejo.

Considera que, esta mudança de entidade responsável pelos transportes passar para as Comunidades Intermunicipais foi positiva, apesar de ser ainda uma medida muito jovem, temos que nos preparar muito bem para o próximo concurso, que será em dois mil e vinte e seis, e ter a capacidade de crescer ainda mais naquilo que é esta oferta que se está a colocar às pessoas deste distrito, sendo uma mais valia para os alunos do concelho do Crato.

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, dizendo que, apesar deste circuito dizer Crato/Aldeia da Mata/Crato, ele realmente dá a volta ao concelho e é uma mais valia e com estes horários para as pessoas das freguesias podem visitar familiares e amigos nas outras freguesias, pessoas que não têm maneira de deslocar automóveis e nem de táxis, sendo este um meio de transporte que acabará por ser mais barato, considerando que é um serviço muito bom.

Interveio a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, parabenizando o Município por este acordo estabelecido e dizendo que esteve com a presidente da Assembleia em representação do município na Assembleia Intermunicipal da CIMAA, na qual foi aprovado este acordo. Disse que isto é uma mais valia para todos, principalmente para as crianças que estão a estudar.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Monte, Rui Pires**, agradecendo esta medida, pois nestes anos que tem vindo a exercer as funções de Presidente de Junta, várias foram as abordagens das pessoas com esta preocupação, principalmente os encarregados de educação. Foi encontrada se solução, e uma boa solução, que é uma mais valia para todos os munícipes.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, dizendo que, relativamente a esta temática que se tem falado e que é abordado a questão dos transportes gostaria de deixar uma perspetiva um pouco mais macro a nível de CIMAA, referindo que acompanha com frequência reuniões de câmara e não tem dúvida que muito na medida em que aquilo que aqui foi dito é de alguma maneira retrato daquilo que tem acontecido.

Disse que Vale do Peso que tem uma estação de comboios fechada há muitos anos e considera esta questão tem que se resolver na perspetiva do turismo ou outra qualquer. Referiu que a operadora de comboios de

Portugal suspendeu os comboios regionais de passageiros no ramal de caceres, alegando problemas de viabilidade financeira. Recolheu alguns números e, segundo os dados da operadora, em dois mil e dez, o ramal registou uma procura de quatro mil trezentos e trinta e um passageiros, com uma média de dezasseis passageiros por dia, ou seja, quatro passageiros por comboio, sendo a receita média de aproximadamente cinco euros por passageiro, ou seja, vinte euros por composição, enquanto os custos do serviço atingem setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dezoito euros por ano, correspondendo a cerca de quinhentos e vinte e dois euros por comboio.

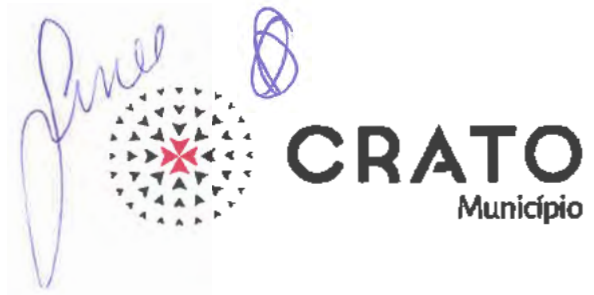
Ora, para uma situação destas, perante esta oferta e perante esta procura, está completamente desajustado, ou seja, era caro, caríssimo, era impossível, referindo que tem assistido que tem havido um empenho por parte da CIMAA em tentar acautelar a mobilidade, entre os diferentes concelhos do distrito de Portalegre.

Referiu que isto a ver com o problema da demografia, da procura e de oferta e é aí que deve entrar a coesão. Às vezes, mais do que os financiamentos para isto e para aquilo, seriam os apoios por parte do poder central.

Disse que tem acompanhado de reuniões de câmara e está completamente alinhado com aquilo que se tem dito, sentindo-se perfeitamente confortável nesta matéria referindo que estas regiões estão sempre atrasadas relativamente aos outros, em termos de competitividade, em termos de tudo e mais alguma coisa, mas sobretudo na questão das crianças. Isto tem reflexos fundamentais no elevador social da educação, porque as crianças nestes territórios, no elevador social estão completamente desprotegidas relativamente a outras e a resolução deste problema é obrigação dos autarcas.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, considerando que das medidas que vêm hoje aqui à Assembleia Municipal, esta é talvez aquela que é mais sensível às pessoas, porque não são só as crianças, são também os idosos que não têm carta de condução, e todos os dias precisam de tratar de assuntos. Este circuito pelo concelho é o ideal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dividindo a sua intervenção entre duas notas, a interna, Município/CIMAA e depois nota mais macro que tem a ver com política nacional. Na primeira disse que isto é um problema, é uma situação, uma decisão muito sensível, pois o Município já tinha proposto isto quando foi o concurso público e foi obrigado a retirar estas intenções, porque aquilo que foi dito era que



financeiramente a CIMAA não conseguia suportar isto, que todos os municípios iam tentar colocar circuitos intermédios.

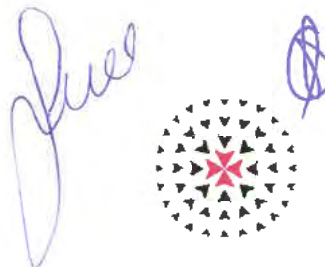
Considera que isto é uma oportunidade única que se conseguiu e que se aproveitou e que se tem fazê-la dar resposta, ter pessoas a circular, até porque existe um compromisso relativamente ao número de pessoas a circular nestas linhas.

Disse que relativamente à questão dos jovens, principalmente aqueles que estão nos agrupamentos de escolas, de facto os jovens vêm muito cedo e vão muito tarde, mas foram criados mecanismos dentro escola de resposta a estes jovens, clubes, programas especiais, projetos em que os jovens tinham ocupação gratuita e que podiam de facto utilizar, para estudar para poder apreender outros conteúdos que não é possível durante as aulas, tendo algum receio desta decisão, senão terá que se encerrar algumas destas respostas, porque o transporte passa a ser viável porque as pessoas usam, mas os clubes dentro da escola e os projetos podem deixar de ser viáveis.

Referiu que esta é uma temática sensível, como é uma temática sensível relativamente àquelas que fazem transporte de passageiros, os chamados táxi dentro do concelho do Crato. Uma medida destas vai mexer com muita coisa, dizendo que é sensível a isso. Isto não é uma medida cem por cento boa e, portanto, a CIMAA não dá mais resposta, porque o financiamento que foi feito através do Fundo Ambiental e não permite ir mais além, apesar de terem existido alguns reforços nos últimos tempos e da CIMAA estar a implementar algumas mudanças que considera muito positivas.

Disse que existe aqui coesão neste momento, existe de facto uma transferência das receitas vindas das áreas metropolitanas para as áreas com maior demografia, nomeadamente as regiões do interior e, portanto, esse Ministério da Coesão foi criado, estando já a entrar na resposta política macro, sabendo que fechou o ramal de Cáceres, quem fechou a linha do Leste do transporte de passageiros e quem vê só uma folha de Excel não tem coesão, não tem estado social e é isso que não quero para este território, não quer falta de Estado social, não tem que estar vetado a uma folha de Excel.

Considera que os territórios que têm muita gente têm que compensar estes territórios com menos pessoas e, é por isso que acredita numa coisa que chama socialismo, que é equilibrar para as zonas precisam mais de apoio.



Disse que é garantia de que está no plano nacional ferroviário a eletrificação da linha do Leste, a garantia da ligação às capitais do distrito com linhas eletrificadas, nomeadamente aproximar a estação de Portalegre da cidade, considerando que são mais valias, a criação da linha de alta velocidade no corredor sul, são umas mais valias para este território e sabe muito bem quem é que deu essa resposta. Está atrasado, mas é preciso tentar e é preciso andar para a frente. Vale mais estar atrasado do que não fazer. Nestes últimos tempos considera que foi dado uma resposta muito positiva.

É necessário rapidamente resolver problemas relativamente à rodovia, sendo o distrito de Portalegre dos poucos do país que não têm uma ligação transversal dentro do território em autoestrada e, este assunto necessita rapidamente de resolução, pois atrai competitividade, atrai pessoas para este território.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Acordo para a Contratualização do Serviço de Transporte Público Coletivo Rodoviário de Passageiros Crato-Aldeia da Mata-Crato**, nos termos da deliberação n.º 4 da ata 1/2024, de 10 de janeiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

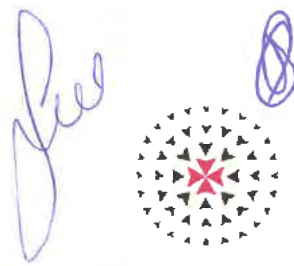
3. **Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Modificação ao Orçamento /2024 -1.ª Revisão**

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, propõe:

Aprovar nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a 1.ª Revisão ao Orçamento 2024 da Câmara Municipal do Crato.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Modificação ao Orçamento /2024 - 1.ª Revisão**, nos termos da deliberação n.º 51 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

4. **Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Modificação às Grandes Opções do Plano – 2024/2028 - 1.ª Revisão**



**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a 1.ª Revisão à Grandes Opções do Plano 2024-2028.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Modificação às Grandes Opções do Plano – 2024/2028 - 1.ª Revisão**, nos termos da deliberação n.º 52 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

O eleito **Miguel Batista, do PS**, disse que votaram favoravelmente porque, basicamente era a integração dos empréstimos do orçamento e o reforço das duas rubricas derivado desses empréstimos.

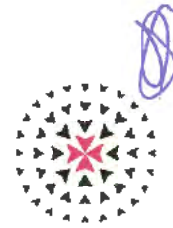
Os pontos seguintes são os outros que mais do que uma vez foram aprovados em Assembleia Municipal, são empréstimos ao Banco Europeu de Investimentos e como o grupo do PS já aprovou anteriormente, vai naturalmente votar favoravelmente os seguintes pontos.

Foram colocadas algumas questões por parte dos eleitos da Assembleia sobre empréstimos as quais foram esclarecidas ao senhor Presidente da Câmara.

5. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Contrato de empréstimo bancário de longo prazo, no valor de 2.352.084,73 euros, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Norte Alentejano - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar a proposta para autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no âmbito do Contrato de empréstimo bancário de longo prazo, no valor de 2.352.084,73 euros, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Norte Alentejano, nos termos da informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira datada de 15 de fevereiro de 2024.



Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Contrato de empréstimo bancário de longo prazo, no valor de 2.352.084,73 euros, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Norte Alentejano - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos termos da deliberação n.º 54 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

6. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Reabilitação Paisagística do Largo do Município - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar a proposta para autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, – Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Reabilitação Paisagística do Largo do Município, nos termos da informação n.º 450/2024, da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira datada de 15 de fevereiro de 2024.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Reabilitação Paisagística do Largo do Município - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos termos da deliberação n.º 55 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

7. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Autocarro Elétrico - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos



previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar a proposta para autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, – Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional-Autocarro Elétrico Financiamento nos termos da informação n.º 451/2024, da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira datada de 15 de fevereiro de 2024.

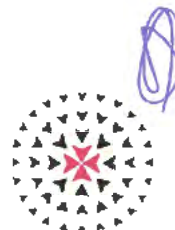
Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional-Autocarro Elétrico - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos termos da deliberação n.º 56 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

8. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Execução do Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar a proposta para autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, – Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional- Execução do Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato nos termos da informação n.º 449/2024, da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira datada de 15 de fevereiro de 2024.





Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Contratação de Operações de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Execução do Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato - Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos termos da deliberação n.º 57 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

9. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Contratação de Operação de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Rotunda 245/119 – Adjudicação, aprovação da minuta do contrato e Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6, do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

1. Aprovar a adjudicação do procedimento nos termos das novas condições contratuais previstas na minuta do contrato e seus anexos, nos termos e para os efeitos previstos das disposições conjugadas da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de setembro, com os n.ºs 5 e 6 do artigo 49.º, e o artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
2. Aprovar a proposta para autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho – Contrato de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 – Financiamento da Contrapartida Nacional - Rotunda 245/119, a celebrar entre o Município do Crato e a AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, no valor de € 84.253,32 (oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta e três euros e trinta e dois euros);
3. Aprovar a Minuta do Contrato de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Rotunda 245/119 e respetivos anexos, que se juntam à presente informação, aqui se dando por integralmente reproduzidos, dela sendo parte integrante, a celebrar entre o Município do Crato e a



AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., deliberação esta sempre condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal da autorização para a contratação do empréstimo.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Contratação de Operação de Financiamento Reembolsável à Linha EQ BEI PT2020 - Financiamento da Contrapartida Nacional - Rotunda 245/119 – Adjudicação, aprovação da minuta do contrato e Autorização favorável à assunção de compromissos plurianuais**, nos termos da deliberação n.º 58 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

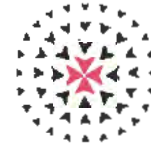
**10. Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Crato**

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar o projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Crato, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atualizada e em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, na Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e no artigo 28.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, nos termos da Informação da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, anexa e parte integrante da proposta, n.º 467/2024, datada de 16 fevereiro 2024.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o Ponto **Projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Crato**, nos termos da deliberação n.º 60 da minuta da ata 4/2024, de 21 de fevereiro, da Câmara Municipal, à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar a presente ata sob minuta, por unanimidade**.



Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e três minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela **Presidente da Assembleia, Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.